



SOZIALE MARKTWIRTSCHAFT: AS RAÍZES CRISTÃS DA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.¹

SOZIALE MARKTWIRTSCHAFT: THE CHRISTIAN ROOTS OF THE SOCIAL MARKET ECONOMY AND ITS CONTRIBUTION TO THE DIGNITY OF THE HUMAN PERSON.

Francisca Jaqueline de Souza Viração^{}
Davi Pereira Lago^{***}**

Resumo:

“Soziale Marktwirtschaft” A economia social de mercado é considerada a postura econômica da Democracia Cristã, uma corrente política consolidada após a Segunda Guerra Mundial, apesar de seu desenvolvimento ter origens já no fim do século XIX. O objetivo deste artigo é apresentar os princípios da Economia Social de Mercado, especificamente a que surgiu na Alemanha, com Alfred Müller-Armack e Ludwig Erhard como seus primeiros grandes representantes. Estes princípios estão alicerçados na Democracia Cristã, e esta por sua vez, na Doutrina Social da Igreja e no Luteranismo, que teve na figura de Konrad Adenauer, seu primeiro grande nome. O artigo pretende analisar a teologia que influenciou tal ideia política e postura econômica, que nasceu no mesmo contexto, e através de alguns dos criadores do conceito moderno de direitos humanos.

Palavras-chaves: Economia Social de Mercado; Democracia Cristã; Doutrina Social da Igreja; Luteranismo; Direitos Humanos.

Abstract:

“Soziale Marktwirtschaft” The social market economy is considered the economic posture of Christian Democracy, a political current consolidated after the Second World War, although its development had its origins in the late 19th century. The purpose of this article is to present the principles of the Social Market Economy, specifically that which emerged in Germany, with Alfred Müller-Armack and Ludwig Erhard as its first great representatives. These principles are based on Christian Democracy, and this in turn, on the Social Doctrine of the Church and Lutheranism, which had the figure of Konrad Adenauer, his first great name. The article intends to analyze the theology that influenced this political idea and economic posture, which was born in the same context, and through some of the creators of the modern concept of human rights.

Key-words: Social Market Economy; Christian Democracy; Social Doctrine of the Church; Lutheranism; Human rights.

¹ Enviado em: 15.04.2020. Aceito em: 24.04.2020

^{**} É historiadora, graduada pela Universidade Regional do Cariri; mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; doutoranda em Teologia pela Faculdades EST e coordenadora do curso de ciências econômicas da Universidade Regional do Cariri – Unidade Descentralizada de Iguatu, Ceará. Email: jaqueline.souza@urca.br

^{***} É pesquisador do Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da Fundação São Paulo – Labô/PUC-SP; mestre em Teoria do Direito pela PUC Minas. Articulista do Estado da Arte/O Estado de S. Paulo e da revista HSM. Email: davi.pereira.lago@gmail.com.

Introdução

A doutrina da *economia social de mercado* foi aplicada e desenvolvida na Alemanha pós-nazista com a ascensão de Konrad Adenauer à chanceler. Apoiado pelo partido que ajudou a fundar, a União Democrática Cristã – CDU (em alemão: *Christliche Demokratische Union*), Adenauer governou de 1949 a 1963. Seu grande desafio foi administrar o que restou da nação após a Segunda Guerra Mundial e lançar as bases de uma completa reconstrução². Para isto, escolheu Ludwig Erhard para ministro da economia que, por sua vez, em 1952, convocou Alfred Müller-Armack para o departamento de Política Econômica do Ministério da Economia. Em 1963, Erhard sucedeu Adenauer como chanceler e sob seu governo ocorreu o pujante desenvolvimento alemão, conhecido historicamente pela expressão “*milagre econômico alemão*”. Este progresso não foi caracterizado apenas pelo crescimento econômico, mas também pelos índices de desenvolvimento humano.³

O Dr. Peter Fischer-Bollin, da Fundação Konrad Adenauer Brasil, definiu Economia Social de Mercado, doravante designada de ESM, da seguinte forma:

A Economia Social de Mercado constitui uma fusão da tradição político-econômica liberal (direitos individuais, republicanismo, mercado) com a tradição do pensamento social-cristão (dignidade humana, justiça social, solidariedade), de modo que tanto o mercado quanto o Estado devam estar a serviço da pessoa humana e de suas associações menores e não o contrário.⁴

O presente artigo pretende contribuir com uma análise propedêutica sobre as relações teóricas e programáticas existentes entre os conceitos-chave estabelecidos por Fischer-Bollin, em especial: (i) ESM; (ii) democracia cristã; (iii) dignidade da pessoa humana; (iv) direitos humanos; (v) luteranismo; e (vi) doutrina social da igreja. Pretende-se, portanto, fazer uma genealogia da ideia, ou perseguir a “linha” do raciocínio da construção da ideia, como propõem o politólogo Quentin Skinner.

Democracia Cristã, as raízes da economia social de mercado

O conceito de economia social de mercado foi cunhado por Alfred Müller-Armack no artigo *Direção econômica e economia de mercado (Wirtschaftslenkung und Marktwirtschaft)* publicado em 1946. O arcabouço teórico, entretanto, foi desenvolvido por um conjunto de políticos e economistas alemães desde o período entreguerras. O objetivo principal da ESM é unir dois conceitos aparentemente contraditórios: liberdade econômica e justiça social. Este princípio acordava com a estratégia da principal corrente política emergente após a Segunda Guerra Mundial, a democracia

² Entre os anos de 1945 e 1949 a Alemanha foi ocupada por EUA, Inglaterra, França e União Soviética. Em 1949, as áreas que compunham os territórios ocupados pelos aliados ocidentais deram origem a República Federal Alemã, popularmente conhecida como Alemanha Ocidental.

³ Celso Furtado diferenciava os conceitos de crescimento e desenvolvimento, o crescimento é apenas o aumento de finanças, desenvolvimento está ligado à ideia de qualidade de vida e bem-estar de sua população.

⁴ FISCHER-BOLLIN, Peter. Apresentação. Sair da Crise: Economia Social de Mercado e justiça social, *Cadernos Adenauer*, v. X, n. 3, Rio de Janeiro, p. 7-8, 2009. p.7

cristã. O objetivo dos democratas cristãos era criar um programa político de “terceira via” entre a profunda polarização teórica, ideológica e política de capitalistas e socialistas.

Apesar da organização dos partidos democratas cristãos ocorrer apenas após a Segunda Guerra Mundial, partidos confessionais começam a surgir em toda Europa já no século XIX. As grandes transformações ocorridas na sociedade, principalmente após a Revolução Francesa aceleraram o processo de secularização e a igreja perdeu grande parte de seu poder e influência na sociedade. Esses partidos foram respostas, sobretudo, às péssimas condições de vida e trabalho advindas com a revolução industrial do século XVIII. O capitalismo e o liberalismo econômico proporcionaram profundas transformações, jamais vistas com tanta velocidade pela humanidade. Toda a sociedade, gradualmente, foi guiada pelos interesses do mercado. Marginalizados neste processo, os trabalhadores ficaram sujeitos à péssimas condições econômicas. As indústrias passaram a ditar o novo ritmo de produção e, conseqüentemente, de vida das pessoas. Muitas cidades europeias sofreram transformações profundas com a multiplicação de cortiços miseráveis. A desigualdade econômica reconfigurou a paisagem social. Neste contexto, a igreja que perdera poder político, apesar de ainda ser a igreja do Estado em muitos países, perdera para a ciência, o domínio da verdade, e para o mercado, a moral do certo e errado. Além das várias injustiças sofridas pelos seus fiéis trabalhadores, a igreja também tinha que encarar o enriquecimento ilícito da outra parte de fiéis.

Com o advento dos sindicatos e desenvolvimento dos primeiros partidos trabalhistas e comunistas, as cidades europeias se tornaram palco de greves, revoltas e revoluções marcadas por vandalismo, violência e assassinatos. Assim, intelectuais leigos e sacerdotes decidiram pensar e agir sobre esta nova sociedade, elaborando críticas à luz das Escrituras e de suas tradições teológicas. Os primeiros partidos confessionais emergiram neste período, se dividiram e reagruparam no curso do tempo, e alcançaram o período contemporâneo. Destaque para o Zentrum, partido católico fundado em 1870 na Alemanha – Konrad Adenauer foi um dos filiados, antes de atuar na criação do atual CDU. Do lado protestante, em 1879, foi fundado o *Anti-Revolutionaire Partij*, Partido Antirrevolucionário, na Holanda – seu fundador, Abraham Kuyper, seria primeiro ministro de seu país entre 1901 e 1905.

Além das ações partidárias e sindicais, as igrejas atuaram a partir de suas próprias estruturas eclesiais. A Igreja Católica, por exemplo, publicou de forma oficial a encíclica *Rerum Novarum* em 1891, marcando o início da *doutrina social da igreja*. Do lado protestante e não-católico, muitas teologias, instituições e lideranças surgiram para apoiar a população explorada e denunciar a exploração e injustiça social, com destaque para o pensamento do evangelho social, a Associação Cristã dos Moços e o Exército da Salvação. As angústias sociais surgidas no meio cristão no século XIX também estão sistematizadas e refletidas com profundidade no início do século XX, em obras de Hilaire Belloc, G. K. Chesterton, Jacques Maritain e o próprio Alfred Müller-Armack. A maturação e integração destas ideias evoluiu no processo de surgimento dos partidos democratas cristãos europeus.

Hilaire Belloc lançou as bases do distributivismo em *O Estado Servil* de 1913, porém G. K. Chesterton foi o principal divulgador desta ideia. É com o distributivismo que aparece pela primeira vez a ideia de terceira via, ou uma alternativa tanto ao capitalismo liberal como ao socialismo. Este conceito de terceira via/alternativa será essencial para a construção do conceito de centro político, que nasce com a democracia cristã. Importante ressaltar que o distributivismo não se confunde com socialismo, pois defende a propriedade privada, aliás, alega que a verdadeira democracia só pode existir com liberdade individual e propriedade privada. Também, não se confunde com o

liberalismo, pois defende que esta propriedade privada, deve ser distribuída entre todos, e não apenas concentrada em oligopólios que monopolizem a economia e sociedade.

Estou perfeitamente consciente de que, em nossa época, a palavra “propriedade” foi pervertida pela corrupção dos grandes capitalistas. Pelo que a gente anda a dizer, poder-se-ia pensar que os Rotschids e os Rockefellers são defensores da propriedade. Mas eles obviamente são inimigos da propriedade, pois são inimigos dos limites delas. Já não querem sua terra própria senão a alheia. Quando demovem as demarcações de seus vizinhos, também demovem as suas próprias. O homem que ama um pequeno campo triangular deveria amá-lo por ser triangular. Quem quer que lhe destrua a forma, embora lhe dê mais terras, é um ladrão que roubou um triângulo. O homem que leva consigo a verdadeira poesia da posse deseja ver um muro no encontro de seu jardim com o jardim do sr. Smith, uma sebe no encontro de sua fazenda com a do sr. Brown. Não consegue ver a forma de sua própria terra sem ver os limites da do vizinho. O duque de Sutherland possuir todas as chácaras numa única propriedade rural é a negação da propriedade, assim como seria a negação do casamento se ele tivesse todas as nossas esposas em um único harém.⁵

Jacques Maritain, filósofo católico francês, foi um dos criadores do humanismo integral ou humanismo cristão, e um dos intelectuais que lançou as bases do conceito moderno de direitos humanos. Sua contribuição se deu com a defesa da dignidade da pessoa humana, por sua sacralidade, a *imago dei*. As ideologias políticas que formaram estados totalitários na Europa, nazismo, fascismo e stalinismo, cada uma a seu modo, defendia que existiam problemas na natureza humana. Cada uma dessas ideologias propunham a criação de uma nova humanidade. C. S. Lewis em *A abolição do homem*, criticou esta postura, defendendo que ao propor uma nova humanidade, aqueles que a propõem, na verdade querem controlá-la ao seu bel-prazer. Nesta perspectiva era preciso “justificar a existência”. No stalinismo, através de seu compromisso com a ética revolucionária, no fascismo com seu compromisso aos interesses do estado. O nazismo foi além, classificando seres humanos em raças superiores e inferiores e até defendendo que alguns não eram humanos, mas sub-raças, como os judeus. O capitalismo liberal, não era muito diferente, pois levava pessoas a trabalhos em condições miseráveis nas fábricas, tratadas quase como escravas. Não pelo ter, o que se pode dar ou que o se pode ser, Maritain e seu humanismo integral, defendia a dignidade humana apenas pelo homem ser homem, imagem e criatura de Deus. Assim, a democracia cristã, que tomaria o poder na Europa Ocidental, após a Segunda Guerra Mundial, rejeitara todas estas posturas.

Após a Segunda Guerra Mundial, nascem muitos partidos democratas cristãos e alguns deles, assumem o poder, após as primeiras eleições organizadas depois da guerra. Na Itália, o Partido Popular Italiano, fundado após a Primeira Guerra Mundial, chega ao poder com Alcide De Gaspari. E na Alemanha, a União Democrata Cristã, com Konrad Adenauer.

O Partido Popular Italiano foi dissolvido em 1994, porém o partido renasce com outro novo, o *L'Unione dei Democratici Cristiani e Democratici di Centro*, ou UDC em 2002. Na Alemanha a CDU, continua no poder, com a chanceler Ângela Merkel, sendo o maior e mais importante partido democrata cristão do mundo. Em seu site, a CDU define-se como:

A União Democrática Cristã da Alemanha é o Partido Popular de Centro. (...) Nossa política é baseada no entendimento cristão do homem e de sua responsabilidade diante de Deus. Nossos valores básicos de liberdade, solidariedade e justiça são derivados disso. A CDU está aberta a qualquer pessoa que afirme a dignidade e a liberdade de todas as pessoas e as crenças básicas de nossa política derivadas dela. Nosso partido foi fundado em 1945

⁵ CHESTERTON, G.K. *O que há de errado com o mundo*. Campinas: Ecclesiae, 2013. p. 56.

por pessoas que queriam moldar o futuro da Alemanha com um Partido Popular cristão e não-denominacional. Neste novo Partido Popular, havia cristãos católicos e protestantes, conservadores, liberais e socialistas cristãos, mulheres e homens de diferentes regiões, de todas as classes sociais e tradições democráticas de nossa pátria. A CDU da Alemanha defende a democracia livre e constitucional, a economia social e ecológica de mercado, a integração da Alemanha na comunidade ocidental de valores e defesa, a unidade da nação e a união da Europa.⁶⁷

O desafio destes partidos era enorme, pois assumiram o poder em países devastados pela guerra. Havia um desafio social: a questão da dignidade humana. O homem tem direitos básicos apenas por ser humano, a *imago dei*, e não por sua condição biológica, social, financeira, política etc. Havia o desafio político: como impedir o ressurgimento do nazi-facismo e ao mesmo tempo, o avanço do comunismo? E o desafio econômico: como reconstruir a economia de seus respectivos países?

O desafio político, desembocou na criação do que hoje é a União Europeia. Uma tentativa de integrar os povos, para evitar futuras ambições imperialistas de quem quer que seja. O desafio econômico, apesar de apoiado pelos EUA, via Plano Marshall⁸, que temia que estes países pendessem para uma economia socialista, foi enorme. Pois apesar do apoio americano, ainda assim continua a questão de como reerguer seus países, sem usar os modelos existentes, ou seja, o dirigismo de estado e o liberalismo.

Os princípios da Economia Social de Mercado

Como unir liberdade com justiça social? Para que isto seja possível, em primeiro lugar estes conceitos não podem ser compreendidos como o são no liberalismo e no socialismo. A liberdade, no liberalismo, pode levar a um extremo individualismo, e a justiça social, no socialismo, a um extremo assistencialismo. Como evitar estes extremos? A resposta está no conceito de consenso.

A ESM, considera bastante o jeito de ser de cada sociedade. Acredita que as escolhas econômicas dependem daquilo que cada sociedade pensa de si mesma e quer para si. (MÜLLER-ARMACK, 1983) Assim, a liberdade de empreender, em que todos tenham as mesmas condições para tal, só pode ser possível em uma sociedade que, não apenas abraça ou entende, mas que assume como valor basilar o conceito de responsabilidade individual.

A responsabilidade individual, na prática transforma-se em solidariedade, à medida que os empregadores entendem que os bens e serviços que produzem não são meramente para seus lucros pessoais, mas para o pleno desenvolvimento do bem-estar social. E os empregados, que a força de

⁶ Tradução livre, acesso em 25/02/2020 <<https://www.cdu.de/artikel/selbstverstaendnis-der-cdu>>

⁷ No original em alemão: Die Christlich Demokratische Union Deutschlands ist die Volkspartei der Mitte. (...) Grundlage unserer Politik ist das christliche Verständnis vom Menschen und seiner Verantwortung vor Gott. Unsere Grundwerte Freiheit, Solidarität und Gerechtigkeit sind daraus abgeleitet. Die CDU ist für jeden offen, der die Würde und Freiheit aller Menschen und die daraus abgeleiteten Grundüberzeugungen unserer Politik bejaht. Unsere Partei wurde 1945 von Menschen gegründet, die Deutschlands Zukunft mit einer christlich geprägten, überkonfessionellen Volkspartei gestalten wollten. In dieser neuen Volkspartei fanden sich katholische und evangelische Christen, Konservative, Liberale und Christlich-Soziale, Frauen und Männer aus verschiedenen Regionen, aus allen sozialen Schichten und demokratischen Traditionen unseres Vaterlandes. Die CDU Deutschlands steht für die freiheitliche und rechtsstaatliche Demokratie, für die Soziale und Ökologische Marktwirtschaft, die Einbindung Deutschlands in die westliche Werte- und Verteidigungsgemeinschaft, für die Einheit der Nation und die Einigung Europas.

⁸ Plano de ajuda econômica a países da Europa Ocidental, criado pelo governo americano, para ajudar nações devastadas pela Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de evitar um alinhamento com a URSS.

seu trabalho não é apenas para enriquecer uma elite exploradora, mas para o mesmo objetivo, em benefício da sociedade.

Por isso, o princípio de ordenamento econômico é fundamental para a ESM, pois é preciso criar normas econômicas que controlem a ganância dos capitalistas e a fúria dos trabalhadores, na luta justa por seus direitos. Ao propor o conceito de consenso, a ESM cria mecanismos que barram a formação de monopólios por parte dos capitalistas, e dá aos trabalhadores uma outra metodologia de luta por seus direitos, que não seja adotando a luta de classes. O Estado é fundamental no intermédio do conflito de interesses.

E no conflito de interesses, a tomada de decisões é pautada no princípio da subsidiariedade, ou seja, a menor unidade social prevalece. Entre Estado e associações da sociedade civil, esta última, e entre associações e famílias, o interesse das famílias prevalece. Claro que existem determinadas tarefas, que só o estado tem a capacidade de as realizar, como a construção de escolas, estradas, hospitais etc. Nas demais funções, o Estado delega autonomia para associações civis, órgãos e associações profissionais cooperarem, desde que estas assumam o consenso social proposto.

O Estado na ESM precisa ser forte e limitado, o paradoxo é resolvido pelo conceito de Estado Necessário. Ele existe para garantir que o consenso social seja praticado, intervém e regula processos para combater os monopólios, apoiar os atores sociais mais fracos da sociedade, garantindo-lhes iguais oportunidades, para que possam conquistar sua autonomia. A tabela a seguir retrata os valores estruturais e reguladores da ESM:

Princípios econômicos	
Estruturais	Reguladores
• Propriedade privada	• Intervenção do Estado
• Mercados abertos e competitivos	• Controle e redução do poder monopólico
• Liberdade de estabelecer contratos	• Política anticíclica integral
• Políticas econômicas estáveis e previsíveis, transparência	• Política social
• Primazia da política monetária	• Os preços devem refletir todos os custos

Fonte: Marcelo Resico.⁹

Ao garantir que todos tenham as mesmas oportunidades, e que todos devem ter condições mínimas de sobrevivência, a ESM não olha para o ser humano, apenas como uma mera força de trabalho. Mas como a imagem e semelhança de Deus, e que tem direitos naturais e sagrados, e o Estado, através da ESM, tem a obrigação de garanti-los. Neste sentido, é parte central e constituinte desta proposta econômica a promoção dos direitos humanos.

A teologia da Economia Social de Mercado

⁹ RESICO, Marcelo. *Introdução à Economia Social de Mercado*. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer Stiftung, 2012. p. 123.

Como já fora dito anteriormente, a Doutrina Social da Igreja, expressa na encíclica papal *Rerum Novarum* de 1891 é uma das principais fundamentações teológicas. Escrita principalmente para combater o comunismo, a encíclica também condena os abusos e injustiças patronais aos seus empregados. Propõe uma cooperação de classes na resolução dos conflitos, sendo esta a origem da ideia de consenso na ESM.

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens. Ora, para dirimir este conflito e cortar o mal na sua raiz, as Instituições possuem uma virtude admirável e múltipla. E, primeiramente, toda a economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça.¹⁰

A encíclica ao especificar os deveres de patrões e empregados, na verdade expressa seu repúdio as novas concepções de humanidade, adivinhas da modernidade. Iluminismo, positivismo, liberalismo, utilitarismo, pragmatismo, comunismo, ou na linguagem de Christopher Dawson, “as religiões do progresso”. O trabalho não é apenas para o enriquecimento hedonista do homem, ou até mesmo promover o bem social, onde este bem é desprovido do conceito divino de bem.

Entre estes deveres, eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade; não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências e nunca revestirem a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas. Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristão. O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objecto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços. O cristianismo, além disso, prescreve que se tenham em consideração os interesses espirituais do operário e o bem da sua alma. Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, para que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou o seu sexo. Mas, entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém.¹¹

¹⁰ <http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> acesso 20/02/2020

¹¹ <http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> acesso 20/02/2020

Trabalho, em Lutero, como sabemos, é mais que uma forma de prover o sustento, é uma vocação. E esta vocação tem um sentido de cooperação com a obra divina na constituição do Reino de Deus na Terra. Lutero via o mundo a partir de três estamentos, onde toda a humanidade estava inserida:

- Politia – envolve o governo e a sociedade civil;
- Ecclesia – a igreja;
- Oeconomia – matrimônio, família e produção da vida.

Para Lutero, Deus criou um mundo perfeito, com perfeitas condições sociais e de produção, para que todos pudessem viver dignamente. O efeito do pecado, não é apenas condenar a humanidade ao inferno, mas separar o homem de Deus, e corromper toda sua criação. Com o sacrifício de Cristo, o pecador passa a ser justificado pela fé, e um cooperador de Deus para construção de Seu Reino, de justiça e paz. Deus então, vocaciona o cristão a melhorar o mundo.

Lutero denuncia a ética medieval (*ethica monastica*) como ética egocentrada, cujas obras não decorrem de uma *provocatio* (chamamento para, vocação), mas são obras auto-escolhidas. Segundo Lutero, a ética monástica medieval tem os “olhos” voltados para o céu, motivada pelo medo do inferno e purgatório. O ser humano que tem seus olhos voltados para o céu é ser humano egoísta, individualista, alienado. Contrariamente, Lutero defendeu uma ética, cujos olhos se voltam para onde estão direcionados os olhos de Deus: a terra. A salvação humana é obra de Deus. Por ser obra de Deus, ela é graça. Crer nesta obra implica no chamado para fora do seu egocentro, para testemunhar a salvação no mundo. Libertado pela graça e pelo amor de Deus, o ser humano é vocacionado para agir em favor do melhoramento do mundo. Libertado, isto é, tornado justo pela fé, é ser humano que testemunha aquilo que Deus pretendeu na própria criação do mundo: um mundo justo, de relações justas.¹²

A economia deve estar a serviço da cooperação, da promoção, manutenção e reprodução da vida. Bens e serviços não deveriam ser pensados para o “quanto posso enriquecer”, mas o “quanto a sociedade será abençoada” com eles. Lutero acreditava que Deus garantiria o sustento e o bem-estar de seus filhos, conforme suas promessas na Bíblia. O homem não deveria colocar sua confiança nas riquezas ou em sua capacidade de trabalhar.

A igreja, *ecclesia* e o governo, *politia*, devem apoiar, garantir e criar condições para uma *oecomenia* justa, para que todas as famílias possam prover seu sustento. Porém, longe de desembocar no individualismo liberal, preocupado apenas com seu sustento, através de seu orgulho próprio, para usarmos a clássica expressão de Adam Smith em *A Riqueza das Nações*. Lutero defendia que as condições de promoção da vida, devem também ser pensadas coletivamente, pois todos dividem a mesma casa comum, a natureza.

Este “pensar sempre no bem do outro” é a raiz do conceito de responsabilidade individual, proposta pela ESM. O desenvolvimento pessoal e até o enriquecimento justo, viriam em consequência da oferta de bens e serviços para o bem-estar da comunidade, e não pela exploração da natureza e do homem. Assim como o princípio da subsidiariedade.

Em seu catecismo menor e maior, Lutero interpreta que os mandamentos de “não furtarás” e “não matarás” não se restringe apenas a cometer o ato de furtar/roubar e matar. Mas também criar condições institucionais para o roubo e a morte. E não é apenas não vender bens fraudulentos

¹² WACHHOLZ, Wilhelm. Ética no pensamento de Lutero: a serviço da igreja, da economia e da política. *Revista Paralellus*, Recife v.9, n.20, p. 199-214, 2018. p. 201.

ou “roubar” na balança, mas também quando não cooperamos com a conservação e melhoramento de seus bens.

O Estado quando não promove as condições mínimas da sobrevivência do povo, na verdade, este Estado, infringe o mandamento de “não matarás”, comportando-se assim como um assassino de seu próprio povo. Portanto, entende o reformador que a não promoção da vida é o mesmo que tirar a vida. No catecismo menor, ele é bem direto ao afirmar que: “Devemos temer e amar a Deus, de maneira que não causemos dano ou mal algum ao nosso próximo em sua vida, porém lhe ajudemos e o favoreçamos em todas as necessidades da vida.”¹³

O economista Robert Nelson, que fora professor da Universidade de Maryland nos EUA, em sua obra *Lutheranism and the Nordic Spirit of Social Democracy: A Different Protestant Ethic*, defende que o Estado de Bem-Estar Social dos países nórdicos, recebeu muito mais influência do luteranismo do que do socialismo, como se pensava.

Para Nelson, a influência foi tanta que chegou ao ponto de se confundir com a cultura desses países. O autor usa o termo “luteranismo secular” para exemplificar o quanto o luteranismo penetrou e formou a moderna sociedade escandinava, ao ponto de dizer que aceitar as regras sociais surgidas do Estado de Bem-Estar Social, é como se converter a este “luteranismo secular”.

As I will also be arguing in this book, and perhaps surprisingly for some readers, Lutheran values and beliefs have not only been a foundational influence on the development of Nordic social democracy but also Nordic social democracy can itself be seen as a modern form of religion – a “secular Lutheranism.”¹⁴

Considerações Finais

A ESM, ajudou a Europa a se reerguer economicamente após a Segunda Guerra Mundial. E a estabelecer que são direitos fundamentais de todos os cidadãos, direitos básicos que garantam seu sustento com dignidade, pode-se afirmar com segurança, que a ESM promoveu e promove os direitos humanos.

Sendo a ESM a postura econômica da Democracia Cristã, pode-se afirmar também que ela tem uma teologia. E esta teologia não ficou presa aos muros do seminário ou da igreja, mas envolveu-se com a sociedade. Em tempos em que o nome de Deus é usado para promoção da tomada de poder por grupos políticos, conhecer um modelo econômico, surgido direto da teologia cristã, é uma grande contribuição para o atual debate político brasileiro.

Referências Bibliográficas

CHESTERTON, G.K. *O que há de errado com o mundo*. Campinas: Ecclesiae, 2013.

DAWSON, Christopher. *Religião e Progresso*. São Paulo: É realizações, 2012.

¹³ LUTERO, Martin. Catecismo menor In: *Livro de Concórdia, as confissões da igreja luterana*, São Leopoldo, Sinodal/Concórdia, 2007. p. 368.

¹⁴ Em uma tradução livre, Nelson diz: “Como discutirei também neste livro, e talvez surpreendentemente para alguns leitores, os valores e crenças luteranas não apenas foram uma influência fundamental no desenvolvimento da social-democracia nórdica, mas também a social-democracia nórdica pode ser vista como uma forma moderna de religião. - um “luteranismo secular”. (NELSON, Robert. *Lutheranism and the Nordic Spirit of Social Democracy: A Different Protestant Ethic*. Arhus: Aarhus University Press, 2017. p. 12)

FISCHER-BOLLIN, Peter. Apresentação. Sair da Crise: Economia Social de Mercado e justiça social, *Cadernos Adenauer*, v. X, n. 3, Rio de Janeiro, p. 7-8, 2009.

LEÃO XIII, *Encíclica Rerum Novarum*. Disponível em: < http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em 20/02/2020

LEWIS. C. S. *A abolição do homem*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

LUTERO, Martin. Catecismo menor In: *Livro de Concórdia, as confissões da igreja luterana*, São Leopoldo, Sinodal/Concórdia, 2007.

MARX, KARL. *O Capital*. livro I: crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2017.

MÜLLER-ARMACK, Alfred. *Regime Econômico e Política Econômica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

NELSON, Robert. *Lutheranism and the Nordic Spirit of Social Democracy: A Different Protestant Ethic*. Arhus: Aarhus University Press, 2017.

RESICO, Marcelo. *Introdução à Economia Social de Mercado*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung, 2012.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WACHHOLZ, Wilhelm. Ética no pensamento de Lutero: a serviço da igreja, da economia e da política. *Revista Paralellus*, Recife v.9, n.20, p. 199-214, 2018.